

05/02/2020

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### **SINISTRO 3190443237 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA PEDRO SILVA DE MELO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO

CORREIOS

BENEFICIÁRIO PEDRO SILVA DE MELO

CPF/CNPJ: 11357697457

Posição em 05-02-2020 10:13:59

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	3.728.814
NOME	PEDRO SILVA DE MELO
FILIAÇÃO	JOÃO FERREIRA DE MELO SEVERINA SILVA DE MELO
NATURALIDADE	LAGOA SECA-PB
DATA DE NASCIMENTO	11/10/1990
DOC. ORIGINAL	NASC.N. 8306 FLS. 77 LIV. 08A
CPF	CARTORIO LAGOA SECA/PB
Assinatura do Diretor	<i>[Assinatura]</i>
LEI Nº 7.115 DE 29/08/83	

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CPF  
(Válido somente com documento de identificação)

Nrº do CPF: 113.576.974-57

Nome: PEDRO SILVA DE MELO

Data de Nascimento: 11/10/1990

Comprovante emitido às 09:09:05 do dia  
05/10/2011 (hora e data de Brasília)

Código de Controle do Comprovante:  
6680.8007.E9AF.F7A7

Dígito Verificador: 00

SINISTRO





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DA PARAIBA  
AVENIDA FELICIANO CIRNE - CAGEPA - 220 - JAGUARIBE JOAO PESSOA PB 58015-570  
CNPJ: 09.123.654/0001-87 - ISMC ESTADUAL N° 160572029  
Informações e/ou Reclamações - Ligue 115

SEGUNDA VIA

N° Documento: 20200216813081

ESCRITÓRIO

LAGOA SECA

MATRÍCULA

01681308.1

CLIENTE

SEVERINA SILVA DE MELO

CPF/CNPJ:

979.XXX.XXX-XX

CÓDIGO PARA  
DEBITO AUTOMÁTICO  
01681308.1

VENCIMENTO

19/02/2020

INSCRIÇÃO

026.003.160.0085.000

ENDEREÇO DO IMÓVEL

TV INACIO ALVES DE QUEIROZ, 121 - PEDROLANDIA LAGOA SECA PB 58117-000

FATURA

02/2020

RESPONSÁVEL ENDEREÇO PARA ENTREGA

ÁGUA

ESGOTO

LIGADO

POTENCIAL

ÚLTIMOS CONSUMOS

01/2020 -	10	12/2019 -	10
11/2019 -	10	10/2019 -	10
09/2019 -	10	08/2019 -	10

ECONOMIAS	CONS. POR ECONOMIA	COD. AUXILIAR
1	10	N 5 10

LEITURA

ANTERIOR ATUAL

CONSUMO

(M³) DIAS

CONSUMO/DIA

(M³)

10

NºHm:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

ÁGUA

RESIDENCIAL 001 UNIDADE

CONSUMO DE ÁGUA

10 M3

37,91

Valores aproximados dos tributos IPTU e COSIP, Lei 12.741 de 2012. R\$ 5,71

TOTAL

R\$

37,91

SR. USUARIO: EM 31/12/2019, REGISTRAMOS QUE V.SA. ESTAVA EM DEBITO.  
COMPAREÇA AOS POSTOS DE ATENDIMENTO PARA REGULARIZAR.  
CASO TENHA PAGO APÓS A DATA INDICADA, DESCONSIDERE.

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO 01/2020

Anexo 20 Portaria 05/2017 MS

Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio
Turbidez		Cor Aparente		Bact. Heterotróficas		Colif. Totais	
Cloro (mg/L)		P.H.		Colif. Termotolerantes			

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Entidade por: INTERNET

Entida em: 06/02/2020



CAGEPA

MATRÍCULA

01681308.1

INSCRIÇÃO

026.003.160.0085.000

FATURA

02/2020

NÃO RECEBER APÓS

28/02/2021





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

**Nº00185.01.2018.2.00.420**

**OCORRÊNCIA(S)**

**Suposto(s) Autor(es):**

**Tipificação 1:** LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

**Data da Ocorrência:** 23/12/2017

**Hora:** 12:51:00

**Forma da Comunicação:** Verbal

**Endereço:** Pb Que Liga Alagoa Nova a Matinhas/pb, [Indeterminado], Matinhas, PB.

**Ponto de referência:** Perto do Posto de Gasolina

**PARTE(S)**

VITIMA	<b>Nome:</b> Pedro Silva de Melo
	<b>Conhecido por:</b> Não informado
	<b>Filiação:</b> Severina Silva de Melo e João Ferreira de Melo
	<b>Idade:</b> 27 <b>Data de Nascimento:</b> 11/10/1990 <b>Identidade de Gênero:</b> masculino
	<b>Nacionalidade:</b> brasileira <b>Naturalidade:</b> Lagoa Seca
	<b>Estado Civil:</b> união estável
	<b>Escolaridade:</b> Sem instrução <b>Profissão:</b> Agricultor
	<b>Cargo:</b> Não informado <b>Matrícula:</b> Não informado
	<b>Documentos(s) de Identificação:</b> CPF nº 113.576.974-57
	<b>Endereço:</b> Rua Antonio Borges da Costa, 82, Centro, Lagoa Seca, PB
TESTEMUNHA	<b>Complemento:</b> Não informado
	<b>Ponto de referência:</b> Morro Perto da Pracinha de Lagoa Seca
	<b>Telefone:</b> (83) 99380-9087
	<b>Nome:</b> Cristiano do Nascimento Santos
	<b>Conhecido por:</b> Não informado
	<b>Filiação:</b> Vera Lúcia Marques do Nascimento e José Vicente da Silva Santos
	<b>Idade:</b> 31 <b>Data de Nascimento:</b> 15/10/1986 <b>Identidade de Gênero:</b> masculino
	<b>Nacionalidade:</b> brasileira <b>Naturalidade:</b> João Pessoa
	<b>Estado Civil:</b> casado(a)
	<b>Escolaridade:</b> Ensino fundamental incompleto <b>Profissão:</b> Auxiliar de Manutenção
	<b>Cargo:</b> Não informado <b>Matrícula:</b> Não informado
	<b>Documentos(s) de Identificação:</b> CPF nº 052.909.764-85
	<b>Endereço:</b> Rua João Pereira de Arruda, 156, [Indeterminado], Lagoa Seca, PB
	<b>Complemento:</b> bairro Bela Vista
	<b>Ponto de referência:</b> Perto do Posto da Gasolina
	<b>Telefone:</b> (83) 99380-9087

Procedimento Policial: 00185.01.2018.2.00.420





TESTEMUNHA

**Nome:** Josenildo Andrade de Sousa  
**Conhecido por:** Não informado  
**Filiação:** Severina Trajano de Souza e Ademar Andrade de Sousa  
**Idade:** 44 **Data de Nascimento:** 10/11/1973 **Identidade de Gênero:** masculino  
**Nacionalidade:** brasileira **Naturalidade:** Alexandria  
**Estado Civil:** casado(a)  
**Escolaridade:** Não informado **Profissão:** Moto Taxista  
**Cargo:** Não informado **Matrícula:** Não informado  
**Documentos(s) de Identificação:** CPF nº 918.191.994-87  
**Endereço:** Rua-antonio Borges da Costa, Centro, Lagoa Seca, PB  
**Complemento:** Não informado  
**Ponto de referência:** Morro de Lagoa Seca  
**Telefone:** (83) 99695-2035

#### OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

(1) Moto, marca Honda, modelo CG 125 FAN KS, tipo de veículo Motocicleta, cor Preta, ano 2013, placa EXK-2659, chassi 9C2JC4110DR109172, renavam 0050046263-1

#### DILIGÊNCIAS ADOTADAS/EXAMES REQUISITADOS

#### HISTÓRICO

Informa o comunicante/vítima, que no dia, hora e local já descritos, ia na garupa da Motocicleta Honda/CG 125 FAN KS, Ano/Modelo 2012/2013, cor preta, Placa EXK-2659-PB, Chassi de Nº 9C2JC4110DR109172, licenciada em nome de Francinaldo Alves de Sousa, (piloto da Moto no momento do acidente Cristiano do Nascimento Santos), quando trafegavam na PB que liga Alagoa Nova a Matinhas/PB, momento em que o piloto da outra motocicleta de sinais e condutor não identificado, que vinha empinando a citada moto em sentido contrário da via, este perdeu o controle de direção da moto e atingiu a vítima que vinha na garupa de outra motocicleta, vindo a cair ao solo e sofrido fratura exposta da Tibia na perna esquerda, Lesão no Joelho esquerdo e escoriações pelo corpo, sendo socorrida pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Não compareceram os Policiais Militares do CPTRAN, razão pela qual não foi elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito. Afirma a vítima não ter o desejo de Representar Criminalmente contra o condutor do veículo causador do acidente.

Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.



SECRETARIA DE ESTADO DA  
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
Delegacia Especializada de Acidentes de  
Veículos de Campina Grande



**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

Secretaria de Estado da  
Segurança e da Defesa Social



Campina Grande/PB, 14 de junho de 2018.

SEVERINO DE CARVALHO LOPES  
Delegado(a) de Polícia Civil

PEDRO SILVA DE MELO  
Noticiante

ADEMIR DA COSTA VILAR  
Escrivão de Polícia

Procedimento Policial: 00185.01.2018.2.00.420

3/3





**SAMU  
192**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO PARAIBA – PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA – PB – CNPJ : 11.838.096-0001/88  
SAMU 192 – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

### DECLARAÇÃO

Declaramos para todos os fins de direito que fizerem necessários que Pedro Silva de Melo, RG: 3.728.814 SSP/PB, CNS: 707.8096.35203-912, foi atendido pelo nosso serviço registrado sobre o Nº1660503, em 23/12/2017 às 12:51hs, na USB 035 de Alagoa Nova –PB, vítima de ACIDENTE DE MOTO, consciente, apresentando fratura exposta de tíbea esq, torção e hematoma em região patelar. Feito atendimento de acordo com o protocolo e encaminhado para HTCG, com a autorização do médico regulador.

ALAGOA NOVA – PB, 25/01/2018

Janécleide Maria Costa Sampaio  
ENFERMEIRA - COREN 110600  
COORDENADORA SAMU  
Matrícula 3192

JANÉCLEIDE MARIA COSTA SAMPAIO  
COORDENADORA SAMU 192 ALAGOA NOVA – PB  
COREN 110600 PB



23/12/17

GOVERNO  
DA PARAIBA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



## ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº: 1567152 CLASS. DE RISCO: VERMELHO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52  
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 23/12/2017  
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Gisele De Oliveira Lopes

PACIENTE: PEDRO SILVA DE MELO CEP: 58117000 Nascimento: 23/12/1992

Cidade: Lagoa Seca Sexo: M Telefone: 991828386

Nome da Mãe: SEVERINA SILVA DE MELO Idade: 025 Bairro: CENTRO

Responsável: FELIPE SILVA DE MELO RG: Nº: 121

Estado Civil: Solteiro(a) CPF: Profissão: AGRICULTOR

Motivo: ACIDENTE DE MOTO MOTO X MOTO Data de: CNS: 5426597556

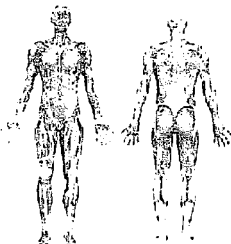
Médico: Hora: 14:28:18 CONVÊNIO: SUS

CRM: Especialidade:

## OBS FICHA:

## MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)



1. Abrisso
2. Amputação
3. Avulsão
4. Contusão
5. Crepitação
6. Dor
7. Edema
8. Empalhamento
9. Enfisema subcutâneo
10. Enrijecimento
11. Equimose
12. F. Arma branca
13. F. Arma de fogo
14. F. Cortado
15. F. Cortante
16. F. Corto-contuso
17. F. Perfuro-contuso
18. F. Perfuro-cortante
19. Fratura óssea fechada
20. Fratura óssea aberta
21. Hematoma
22. Injuriamento Venoso
23. Laceração
24. Lesão tendão
25. Luxação
26. Mordedura
27. Movimento torácico paradoxal
28. Objeto Encaixado
29. Otoregia
30. Paralisia
31. Pareia
32. Paralisia
33. Queimadura
34. Rinite aguda
35. Sinais de Isquemia
- 36.

OBS:

## QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada = \_\_\_\_\_ % Grau ( ) 1º Grau ( ) 2º Grau ( ) 3º Grau

DIAGNÓSTICO / CID:

HTCG-Painel Administrativo

## EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS

Paciente com história de acidente de moto no 2h. Weap. TCE, náusea e vômitos. Apresentando dor em clavícula e dor em Joelho direito e edema. Lesão exposta de Jato superior de tibia. Abdômen e tórax sem alterações. Utilizou capacete, não ingeriu bebida alcoólica (sic).

ALERGIA: Weap

MEDICAMENTOS: Weap

PATOLOGIAS: Weap

## EXAME FÍSICO

PUPILAS (X) Fotorreagentes (X) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( )

Glasgow 15 PA HGT: Sat02

A. Via aérea permeável, com edema cervical (sem cervicalgia)

B. Mucosas úmidas, reflexos presentes em AHR. sem RA.

C. Hemodinamicamente estável

D. Glasgow 15, consciente, orientado

E. Trauma exposto de tibia, apresentando dor em região da clavícula.

## EXAMES SOLICITADOS:

( ) Laboratoriais ( ) Ultrassonografia;  
( ) Gasometria arterial ( ) Radiografias;  
( ) Tomografia Computadorizada ( )

## SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista: Ortopedia, às 14:40 Dia 23/12/2017

Especialista: às Dia / /

## MÉDICO SOLICITANTE

## PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Nº	PRESCRIÇÕES E CONDUTAS	HORÁRIO REALIZADO
1	SRL 500ml EV agora	
2	Dipirona 1g + AD/EY agora	
3	Talco 40mg + AD/EY agora	
4	ACTA DA CIRURGIA ORTOP	
5		
6		

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

http://10.1.1.148/projetohtcg/impreurgencia.php?contar=1567152

1/2



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 07/02/2020 09:34:00

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020709340084900000027070421

Número do documento: 20020709340084900000027070421

Num. 28065655 - Pág. 1





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### Ficha de Acolhimento

SAMU

Nome: <u>Pedro Silva de Melo</u>	
End: <u>TV. Manoel Alves de Azevedo 181</u>	Bairro: <u>Centro</u>
Data de Nascimento: <u>25 anos</u>	Documento de Identificação: <u>Loaque Silva 33</u>
Queixa: <u>A. moto</u>	Data do Atend.: <u>23.12.17</u> Hora: <u>4:21</u> Documento:
Acidente de trabalho?	( ) Sim ( ) Não

### Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fútil de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca	

### Estratificação

MOD. 110

☒ Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

Quirúrgico

( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



Data da internação: 23/12/2017 Hora: 15:51:10

<b>SUS</b> Sistema Único da Saúde Ministério da Saúde	<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>
<b>Identificação do Estabelecimento de Saúde</b> 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES	
2 - CNES 2362856	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES	
4 - CNES 2362856	
<b>Identificação do Paciente</b> 5 - NOME DO PACIENTE PEDRO SILVA DE MELO	
6 - Nº DO PRONTUÁRIO 1567205	
7 - CARTÃO DO SUS 707809635203912	8 - DATA DE NASCIMENTO 11/10/1990
9 - SEXO Masc <input checked="" type="checkbox"/> Fem <input type="checkbox"/>	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL SEVERINA SILVA DE MELO	
11 - TELEFONE DE CONTATO 83 991828386	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) INACIO ALVES DE QUEIROZ, 121, CENTRO	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA Lagoa Seca	
14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO 250830	15 - UF PB
16 - CEP 58117000	
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b>	
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Paciente com histórico de acidente de moto há poucas horas. Dor e sangramento em joelho e punho	
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Tto cirúrgico (de urgência)	
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) Rx + exame físico	
20 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fr. exposta, fratura tibial F	
21 - CID 10 PRINCIPAL S828	
22 - CID 10 SECUNDÁRIO 	
23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS 	
<b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b>	
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Tto cirúrgico de fratura da tibia	
25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 0408050500	
26 - CLÍNICA Ortop	27 - CARATER DA INTERNAÇÃO 02
28 - DOCUMENTO (X) CNS ( ) CPF 	29 - Nº DOCUMENTO(CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 704600157460624
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE JAYLLA JUVINIANNE DUARTE MELO	
31 - DATA DA SOLICITAÇÃO 23/12/2017	
32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) 	
<b>PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)</b>	
33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO 34 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO 35 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO	
36 - CNPJ DA SEGURADORA 	
37 - Nº DO BILHETE 	
38 - SÉRIE 	
39 - CNPJ EMPRESA 	
40 - CNAE DA EMPRESA 	
41 - CBOR 	
42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO	
<b>AUTORIZAÇÃO</b>	
43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 	
44 - COD. ORGÃO EMISSOR 	
45 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF 	
46 - Nº DOCUMENTO(CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 	
47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 	
48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) 	
49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR 	



Nome do Paciente <i>Adonir Silva de Melo</i>		Nº Prontuário	
Data da Operação	Enf.	Leito	
Operador <i>Dr. Luiz Juvenal</i>	1º Auxiliar <i>Dr. Jairo</i>		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestésia <i>Dr. Serrano</i>	Tipo de Anestesia <i>Bloc / T. Prof.</i>		
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Fratura exposta de fêmur</i>			
Tipo de Operação <i>Amputação + Desbridamento + F. + G. + C.</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório <i>mesmo</i>			
Laboratório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
1. <i>Desbridamento + Antissepsia</i>
2. <i>Desbridamento de partes moles</i>
3. <i>Amputação + Desbridamento</i>
4. <i>Alargamento da ferida com escariotomia</i>
5. <i>Desbridamento de fixação da fratura + transosseal sob escopo</i>
6. <i>Sutura das partes moles</i>
7. <i>Curativo local</i>

Mod 018

### RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



# NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE:

Pedro Silva de Melo

DN. 23/12/1972

QI LEITE CONVÊNIO IDADE REGISTRO

Silva 04

SUS

23a

151745

CIRURGIA

Fratura exposta de Tíbia Esquerda

CIRURGIÃO

Dr. José Francisco

ANESTESIA

Difluoreto + Fx Externa

ANESTESIA

Dr. Suckler

INSTRUMENTADORA

Silva

DATA

23/12/17

INICIO

16:20

FIM

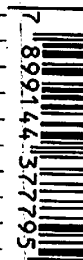
17:50

GOVERNO DA PARAIBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS	Bolsa Colostoma	Qtd.	FIOS
	Adrenalina amp.	Calcl. pr Oxi.		Calgut cromado Sertix
	Atropina amp.	Calcl. De Urinar Sist. Fech.		Calgut cromado Sertix
	Diazepam amp.	Compressa Grande		Calgut cromado Sertix
01	Dimofe amp.	Compressa Pequena		Calgut Simples
	Dolantina amp.	Colonoide		Calgut Simples Sertix
01	Efrase ml	Dreno		Calgut Simples Sertix
	Fenegan amp.	Dreno Kerr nº		Calgut Simples Sertix
	Fentanil ml	Dreno Penrose nº		Cera p/ osso
	Inova ml	Dreno Pezzer nº		Ethibond
	Ketalar ml	Equipo de Macrogotas		Ethibond
01	Mercaína 100mg/ml	Equipo de Macrogotas		Ethibond
	Nubain amp.	Equipo de Sangue		Fio de Algodão Sertix
	Pavulon amp.	Equipo de PVC		Fio de Algodão Sertix
	Protigmine amp.	Esparadrapo Larco cm		Fio de Algodão Sulupak
	Protóxido I/m	Furacim ml		Fio de Algodão Sulupak
	Quelicin ml	Gase Pacote c/ 10 unidades		Fila cardiaca
	Rapifen amp.	H.O. ml	01	Mononylon
	Thionembul ml	Intracath Adulto		Mononylon
	Tracrium amp.	Intracath Infantil		Prolene Sertix
Qtd.	MEDICAÇÕES	Lâmina de Bisturi nº 23		Prolene Sertix
02	Água Destilada amp.	Lâmina de Bisturi nº 11		Prolene Sertix
01	Decadron amp.	Lâmina de Bisturi nº 15		Prolene Sertix
01	Dipirona amp.	Luvas 7.0		Vicryl Sertix
	Flaxidol amp.	Luvas 7.5		Vicryl Sertix
	Flebocortid amp.	Luvas 8.0		Vicryl Sertix
	Geramicina amp.	Luvas 8.5		
	Glicose amp.	Oxigênio I/m		
	Glucon de Cálcio amp.	Poliflix		
	Haemacel ml	PVPI Degemante ml		
	Heparema ml	PVPI Tópico ml		
	Kanakion amp.	Sabão Antisséptico		
	Lasix amp.	Saco coletor		
	Medrolinazol	Seringa desc. 10 ml		
	Plasil amp.	Seringa desc. 20 ml		
	Prolamina	Seringa desc. 05 ml		
	Revivan amp.	Sonda		
	Stuplanon amp.	Sonda Foley		
01	Ceftriaxona 1g	Sonda Nasogátrica		
01	Insulina	Sonda Uretral nº		
01	Novotect	Sterydrem ml		
01	Novocain	Torneirinha		
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES	Vaselina ml		
03	Agulha desc. 25x7x12	Gelcon 18		
	Agulha desc. 28 x 28	Latesol		
	Agulha desc. 3 x 4,5	Blifendo		
01	Agulha p/ raque nº			
05	Alcool de Enfermagem			
	Alcool Iodado ml			
01	Aladuras de Crepon			
	Aladuras de Gessada			
	Azul metileno amp.			
	Benzina ml			



899144377795

899144377795

899144377795

899144377795

- EQUIPAMENTOS
- ( ) Oxímetro de Pulso
  - ( ) Serra
  - ( ) Desfibrilador
  - ( ) Foco Frontal
  - ( ) Fonte de Luz
  - ( ) Foco Auxiliar
  - ( ) Eletrocautério
  - ( ) Oxícapiógrafo
  - ( ) Cardiomonitor
  - ( ) Perfurador Elétrico

CIRCULANTE RESPONSÁVEL

MOD 066



**Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica**

*Outop 2*

Paciente: <i>Pedro Silva da Melo</i>	Idade: <i>25</i>
Convênio: <i>SUS</i>	Data: <i>23/12/17</i>
Procedimento: <i>Tratamento de fratura distal de Tibia e Desbridamento + fixação externa</i>	
Cirurgião: <i>Dr. Sérgio Sampaio</i>	Auxiliar:
Início: <i>16:20</i>	Término: <i>17:15</i>
Anestesista: <i>Dr. Sideral</i>	
Anestesia: <i>Baque T. Sedação IV</i>	

Hora	PA	Pulso	SAT 02	Responsável	A. Motora	Consciência
<i>17:10</i>	<i>118/64</i>	<i>63</i>	<i>100%</i>	<i>CA</i>	<i>+</i>	<i>consciente</i>
<i>18:40</i>	<i>112/70</i>	<i>70</i>	<i>98%</i>	<i>CA</i>	<i>+</i>	<i>consciente</i>
<i>19:30</i>	<i>113/72</i>	<i>75</i>	<i>96%</i>	<i>CA</i>	<i>++</i>	<i>"</i>

Medicamentos/Materiais	Quantidade

**Observações:**

*17:30 - 18:40 para a cirurgia*

*[Assinatura]*

Assinatura Anestesista

Circulante

Relatório de Operação

MOD. 103





005 2



Rua Guadalupe, 43 - Guadalupe - Olinda-PE  
CEP.: 53.020-230 | E-mail: tmcirurgica@hotmail.com  
Fones: 3431.4960 | 3076.0422 | 9452.1153

Nº 2958

**PEDIDO DE FATURAMENTO**

NOME DO HOSPITAL

CIDADE

NOME DO PACIENTE

Nº DO PRONTUÁRIO

Nº AL. H

COD. PROCEDIMENTO

CONVÊNIO

PROCEDIMENTO REALIZADO

PRODUTO

REF.

QUANT.

COD. ROMP.

FIXADOR CILINDRO CILINDROS

01

DATA DA UTILIZAÇÃO

DATA DA COMUNICAÇÃO

MEDICO RESPONSÁVEL - CRM

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

*[Handwritten signature]*





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente <i>Pedro Silva de Melo</i>		Nº Prontuário	
Data da Operação <i>16/01/18</i>	Enf. <i>Ortop II</i>	Leito <i>9.7</i>	
Operador <i>Dr Felipe Guedes</i>		1º Auxiliar <i>Dr Julio MR1</i>	
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia		Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Fratura femur distal + tibia proximal E</i>			
Tipo de Operação <i>Osteossíntese</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório <i>O mesmo</i>			
Relatório Imediato da Patologia <i>7</i>			
Exame Radiológico no Ato <i>Sim</i>			
Acidente Durante a Operação <i>Não</i>			

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
1) Paciente em DDH sob anestesia
2) Assepsia e antissepsia
3) Campos estéril
4) Incisão lateral joelho e por planos + Hemostasia
5) Redução cruenta de foco de fratura condilo femoral + fixação com 2 parafusos canulados sob escopia
6) Incisão medial perna região proximal e por planos + Hemostasia
7) Redução cruenta de foco de fratura + fixação com placa e L medial.
8) Lavagem com SF0,9%
9) Sutura por planos
10) Curativo

Dr. Julio Cesar Castro  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM/RB 9965

Mod. 018

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**



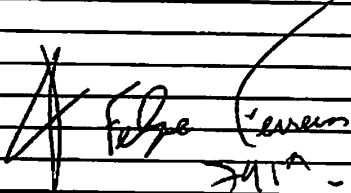




## Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica

Paciente: Pedro Silva de Melo.			Idade: 25a
Convênio: SUS			Data: 16.01.18.
Procedimento: Hº Cirúrgico de Frac. de Fêmur Distal + Tibia.			
Cirurgião: Dr. Felipe.	Auxiliar:	Anestesista: Dr. Felipe.	
Início: 14:00	Término: 15:30	Anestesia: Rápid.	

[illegible][illegible]

Observações:	
	
Assinatura Anestesista	Circulante

### **Relatório de Operação**

MOD. 103





# MATERIAL UTILIZADO EM CIRURGIA

Rastreamento

8415

Hospital: \_\_\_\_\_ Código: \_\_\_\_\_

Procedimento: \_\_\_\_\_ Cód. Procedimento: \_\_\_\_\_

Paciente: \_\_\_\_\_

Data da Cirurgia: 26/01/13 Nº prontuário: 136170 Convênio: \_\_\_\_\_

Cirurgião: \_\_\_\_\_ Código: \_\_\_\_\_

( ) Reposição ( ) Caixa Pronta

## DESCRIÇÃO DE PRODUTOS UTILIZADOS

Qtd.	Descrição	Cód. Produto	Valor Unit.	Valor Total
01	Parafuso Cortical 4.0 mm			
01	Parafuso Cortical 4.0 mm			
01	Parafuso Cortical 4.0 mm			
01	Parafuso Cortical 4.0 mm			

## ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS

	Nº	Qtd.	Cód.	Valor Unit.	Valor Total
Parafuso Cortical (4.0) mm	25	30			
	Qtd.	21	02		
	Cód.				
Parafuso Cortical ( ) mm	Nº				
	Qtd.				
	Cód.				
Parafuso Esponjoso 4.0 mm	Nº				
	Qtd.				
	Cód.				
Parafuso Esponjoso 6.5 mm R/16 Curta	Nº	70			
	Qtd.	27			
	Cód.				
Parafuso Esponjoso 6.5 mm R/32 Longa	Nº	70			
	Qtd.	01			
	Cód.				
Parafuso Maleolar 4.5 mm	Nº				
	Qtd.				
	Cód.				

OBS.: O PREENCHIMENTO DO PRONTUÁRIO É OBRIGATÓRIO.

### PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO CONSULTOR DE VENDAS

Condições de Pagamento: \_\_\_\_\_

Faturar N.F para: \_\_\_\_\_

Cód. do consultor: \_\_\_\_\_ Total: \_\_\_\_\_

Cód. Instrumentador: \_\_\_\_\_

### Anotações do Médico

Bio Implants Comércio de Materiais Médicos Cirúrgicos Ltda. - Av. Teodorico Teles, 245B - São Miguel - Crato - CE - CNPJ: 10.323.929/0001-05  
Fone/Fax: (88) 3521.4801 \* www.bioimplants.com.br



**NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL**

[illegible]

MOD 066



## Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO			
Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Pedro Silva de Melo		9	
Tx espereta cu plano + bial E			

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
23/12	1) Dureja 200g		Ortopedia
	2) OFO 91.2000mc, IV, em 24h		
	3) Ceftriaxona 1g, IV, em 24h		
	4) Ceftriaxona 200ml + AD IV, 6/6h		
	5) Glibatid 40mg + AD IV 4h/24h		
	6) Dexametazol 40mg + AD IV, pila 28 manhã		
	7) Dexametazol 40mg, SC, 4 dias		
	8) SSIV + CCG		
	9) SSIV Curativo diário		

MO7 035



# Diagnóstico

0.1 0.1g. II

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

70

Paciente	<u>Pedro Silva de Melo</u>	Alojamento	<u>9</u>	Leito	<u>8</u>	Convênio	
Data							

**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

Or. 1 d.p.p. II      07

Ex Bpp. Pure C  
Plata Abn C

[illegible]

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

DIAGNÓSTICO

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
Pt do Silva			9-)
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
25	1. Dieta 1100	C+	2. DPO
	2. SRL 1500ml EV/24h	✓	3. x. ext
	3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h	✓	
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	✓	
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum	✓	
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	SIN	
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	SIN	
	8. Clexane 40mg SC/dia		
	9. SSVV + CCGG	C+	
	Clinda 600mg to 6/6hs	✓	
	Oxa 2g to 6/6hs	✓	
	Curativo	C+	



91

DIAGNÓSTICO

OK 7. exp. plano 7.12.20

Pedro

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Alojamento:	Leito	Corvênio
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
26	1. Dieta 1/1	C+	
27	2. SRL 1500ml EV/24h	C+	
	3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h	C+	
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	C+	
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum	C+	
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	SIN	
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	SIN	
	8. Clexane 40mg SC/dia	C+	
	9. SSVV + CCGG	C+	
	Curativo	C+	
	DXA 2g 1x 6/6h	C+	
	Endo 800-g 1x 6/6h	C+	
	01 C. Humano no corpo	C+	





**GOVERNO SECRETARIA DE SAÚDE**  
**DA PARAIBA HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Diagnóstico

Diagnóstico

Pedro Silva

**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO<sup>2</sup>**

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio	Evolução Médica	
<b>Data</b>	<b>Prescrição Médica</b>	<b>Horário</b>			
27	1. Dieta 1000	12			
	2. SRI 1500ml EV/24h	12			
	3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h	12			
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	12			
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum				
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN				
	7. Nauseodron 01 FA + AD EV 8/8h SN				
	8. Clexane 40mg SC/dia				
	9. SSW + CCGG				
	Chamar 2g 10 g/g				
	Chamar 200mg 10 g/g				





DIAGNÓSTICO

Julio Figueiredo

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Pedro Silva

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio	Horário	Prescrição Médica	Evolução Médica
28	14				1. Dieta	
	12				2. SRI 1500ml EV/24h	
	12				3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h	
	12				4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	
	12				5. Omeprazol 40mg EV/jejum	
	12				6. Tramal 100mg + 100ml SF 0.9% EV 8/8h SN	
	12				7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	
	12				8. Clexane 40mg SC/dia	
	12				9. SSW + CCGG	
	12				Chamada 0200... 17 6160	
	12				Oxal 2g 17 6160	
	12				Curativo 2,1 dia	

01/02/2020

DIAGNÓSTICO

Pedro Silva

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

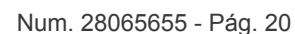
pedro silva

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
29	1. Dieta livre	CT	6 DPO
12	2. SRL 1500ml EV/24h	✓ 18	✓ 18
	3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h	✓ 18	✓ 18
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	✓ 18	✓ 18
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum.		✓ 18
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	SIN	✓ 18
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	SIN	✓ 18
	8. Clexane 40mg SC/dia		✓ 18
	9. SSVV + CCGG	CT	✓ 18
	Clinda 600mg IV 6/6h	✓ 18	✓ 18
	Oxa 2g IV 6/6h	✓ 18	✓ 18
	Wafarino	CT	✓ 18



29410 (Koten-27410)

**Dr. Wagner Faicão**  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM - PR 15763



**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

## DIAGNÓSTICO

1206 lbs file 50-100 100

[illegible]

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

## DIAGNÓSTICO

Yellow (blue + red)  $\left(\frac{1}{2}\right)$

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
<div> <div>Data</div> <div>Prescrição Médica</div> </div>	<div> <div>CT</div> <div>SIN</div> <div>SIN</div> <div>SIN</div> <div>CA</div> <div>CA</div> <div>CA</div> </div>	<div> <div>Horário</div> <div>22</div> <div>24</div> <div>24</div> <div>24</div> <div>24</div> <div>24</div> </div>	<div> <div>Evolução Médica</div> <div>8-17P12</div> <div>X-1-1472-V-1</div> <div>ATNU-OK</div> <div>V:U-16</div> </div>



**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

potius floricante (P)

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-PB 5562



**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

## DIAGNÓSTICO

200 lbs. Plantain

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
Pedro Silva	9	1	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
03/01	1. Dieta Livre.	18:30 / 18:45	
	2. SRL 1500ml EV/24h	18:30 / 18:45	
	3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h	18:30 / 18:45	
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	18:30 / 18:45	
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum	06	XFG, PCTA-41
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	SN	
	7. Nausecton 01.FA + AD EV 8/8h SN	SN	
	8. Clexane 40mg SC/dia	SN	
	9.SSVV + CCGG	30	C.T.V.P.24
	Ficando com o (iv) 6/6h	18:30 / 18:45	A.P.V. ok
	OK e 2x 2x 6/6h	18:30 / 18:45	
	continua		



DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

João flutuante (E)

Paciente	Pedro Silva		Alojamento:	9	Leito	1	Convênio
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica				
04/10/1	1. Dieta livre	clz	Pct em REG estanc. atch				
	2. SRL 1500ml EV/24h	16/28/28					
	3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h	12/18/24/30	APRV: de				
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h - SN	pk					
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum	pk	Fonida: estanc, eolus + dor + lue				
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	pk					
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	pk	sineas				
	8. Clexane 40mg SC/dia	pk					
	9. SSVV + CCGG	pk	CD: VPM				
	Oxacilina 2g EV 6/6h	16/18/24/30					
	Clinda 600mg EV 6/6h	16/18/24/30	Aguarda cirurgia				
	Curativo	pk					
	Hollisson Barros de Almeida ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM - 175.136		Hollisson Barros de Almeida ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM - 175.136				



*Jobko fluctuata*

**Dr. Wagner Falcao**  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-PB 8843

**Dr. Wagner Paiva**  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-SP 8643



Número do documento: 20020709340104200000027070419



**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

## DIAGNÓSTICO

*John Flutcraft*

[illegible]



**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

Pedro Silva

# Convênio

Leito

**Alcibiades:**

## Evolução Médica

[illegible]

QUESTEDIA E TRANSAUTOCLOGIA

ONTOPEBA E TRANSAUTOCAL

## DIAGNÓSTICO

700 No fly zone

Dr. Wagner Falcão  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-PB 8643

Dr. Wagner Falcão  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-PB 8643



## DIAGNÓSTICO

# FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

facile plutonium (E)

Paciente	Reato Silva	Alojamento:	9	Leito	1	Convênio
Data	Prestitão Médica	Horário	Evolução Médica			
11/01	Dieta livre 2 SR 1500ml EV/24h 3 Dipirona 02ML + AD EV 06/06h 4 Tiliatil 20mg + AD EV 12/12h - SA 5 Omeprazol 40mg EV/jejum 6 Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN 7 Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN 8 Clexane 40mg SC/dia 9 SSW + CCGG  Oxacelone 3g EV 6/6h	06 16/18/24/30 20/22/24 17/19/21/23	REG estável Col: VPM  Agenda curaçá  Hallisson Barros de Almeida ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA C.R.A. 3336			
	Hallisson Barros de Almeida ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA C.R.A. 3336					

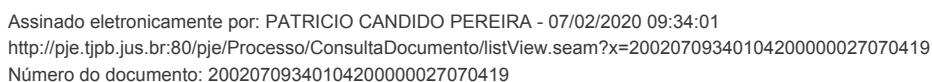


**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

Paul Fluitante ©

HAUSSON, JAMES DE ANTONIO  
ONTOPEDEA E TROPOLOGIA  
CSM, 1982

Willison Barros de Almeida





Evolução Médica	
Prescrição Médica	
Horário	
1. Dieta L/V	
2. SRI 1500ml EV/24h (2L/24h)	
3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h	
4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h (5-5/12h)	
5. Omeprazol 40mg EV/jejum	
6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	
7. Nauseidron 01 FA + AD EV 8/8h SN	
8. Clexane 40mg SC/dia	
9. SSVV + CCGG	
Dr. Wagner Falcão	
08055898 - TRAUMATOLOGIA	
CRM LPB 8643	



Padro: Silvio

## Convenio

**Leito.**

9

Alojz

•

[illegible]



## Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

572

P.D Ex 3-2-1972 fluctuate

Paciente	102507117	Alojamento	9	Leito	1	Convênio	
----------	-----------	------------	---	-------	---	----------	--

Data	Prescrição Médica		Horário	Evolução Médica
76/29	1 DIETA LIVRE	U		
	2 SF 0,9% 1500ML EV 24H	10		
D	4 CLINDA 600 MG EV 6/6 H	3X / OK		POT procedendo cirurgia no pto de 2 - incisão
n	5 GENTA 240 mg EV 8X/DIA	(3x)		
	6 DIFERINA 2ML EV 6/6H	3X / OK		ca: R x S + frs 1 e
	7 OMEPRAZOL 40MG EV JEIUM	3X		
	8 TRAMAL 100MG + 100ML SF 0,9 EV 8/8H S/N			Dr. Julio Cesar Castro Ortopedia e Traumatologia CRM-PR 9865
	9 NAUSEDRON 1 FA + AD EV 8/8H S/N			
	10 TILATIL 20 mg + AD - EV 12/12h 6x Frs	3X		
	11 XARELTO 15MG I CPVO 1 X DIA	ACF		
	12 CURATIVO 1 X DIA			
	13 SSV + CCGG			
	Dr. Julio Cesar Castro Ortopedia e Traumatologia CRM-PR 9865			

4100.039



DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente: *Pedro Gomes*

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
<i>Pedro Gomes</i>	<i>9</i>	<i>1</i>	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
<i>17/12</i>	1. Dieta <i>h227</i>	<i>18 24</i>	
	2. SRL 1500ml EV/24h	<i>19 06 24 06</i>	
	3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h	<i>12 24</i>	
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	<i>06 24</i>	
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum.	<i>06 24</i>	
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h	<i>06 24</i>	
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	<i>06 24</i>	
	8. Clexane 40mg SC/dia	<i>06 24</i>	
	9. SSVV + CCGG	<i>06 24</i>	
	<i>Clinda 600mg @ 6/6h</i>	<i>18 18 24 06</i>	
	<i>Dr. Wagner Falcão</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM-PB 8643		<i>Dr. Wagner Falcão</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM-PB 8643
<i>18/12</i>	<i>Alta Medica</i>		
	<i>Dr. Wagner Falcão</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM-PB 8643		





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR. (A):

Melo

PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. \_\_\_\_\_

SÉRIE \_\_\_\_\_ ESTEVE INTERNADO(A) NESTA UNIDADE HOSPITALAR, SUBMETENDO-SE A

TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº: 572/982 NO CID. DURANTE

O PERÍODO DE 29/11/17 A 13/10/18 NECESSITANDO DE

90 (noventa) DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

Campina Grande

18/10/18

Ass. do Médico - Nº. do CRM

Dr. Wagner Falcão  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-RB 8643

AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o

Dr., \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico

codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Ass. do Paciente ou Responsável

MOD. 060





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 001.2020.601685

**Data Vencimento:** 29/02/2020

**Data Emissão:** 07/02/2020

**Comarca:** Campina Grande

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** PEDRO SILVA DE MELO

**Promovido:** SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

**Valor da Causa:** R\$ 6.750,00

**Despesas Processuais:** R\$ 5,00

**Custas:** R\$ 515,10

**Taxa:** R\$ 101,25

**Total da Guia:** R\$ 621,35



Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.


---



Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Número do boleto:
			001.7.20.01685/01
			Data de emissão:
			07/02/2020
Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
	Campina Grande	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	29/02/2020
Número da guia: 001.2020.601685		Tipo da Guia: Custas Prévias	
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 515,10 - Taxa Judiciária: R\$ 101,25 - Despesas processuais postais: R\$ 5,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente: PEDRO SILVA DE MELO  Promovido: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO	
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.		UFR vigente: R\$ 51,51 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 622,70 Desconto total: R\$ 0,00	
866600000065 227009283184 520200229000 172001685012 			Valor final: R\$ 622,70

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Número do boleto:
			001.7.20.01685/01
			Data de emissão:
			07/02/2020
Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
	Campina Grande	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	29/02/2020
Número da guia: 001.2020.601685		Tipo de Guia: Custas Prévias	
Promovente: PEDRO SILVA DE MELO		Promovido: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais postais: R\$ 5,00 - Com AR R\$ 5,00		UFR vigente: R\$ 51,51 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 622,70 Desconto total: R\$ 0,00	
			Valor final: R\$ 622,70

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Número do boleto:
			001.7.20.01685/01
			Data de emissão:
			07/02/2020
Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
	Campina Grande	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	29/02/2020
Número da guia: 001.2020.601685		Tipo de Guia: Custas Prévias	
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 515,10 - Taxa Judiciária: R\$ 101,25 - Despesas processuais postais: R\$ 5,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente: PEDRO SILVA DE MELO  Promovido: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO	
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.		UFR vigente: R\$ 51,51 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 622,70 Desconto total: R\$ 0,00	
866600000065 227009283184 520200229000 172001685012 			Valor final: R\$ 622,70







**Estado da Paraíba - Poder Judiciário**  
**Comarca de Campina Grande**  
**Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível**  
**Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,**  
**Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050**

**Número do Processo: 0802500-14.2020.8.15.0001**

**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**

**AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Certidão de Ato Ordinatório**

**ATO ORDINATÓRIO nº 4, do Anexo A, praticado nos termos do Provimento CGJ nº 04/2014, por:**

- ☒ (x) mandado via sistema
- ☐ ( ) mandado via Oficial de Justiça
- ☐ ( ) precatória
- ☐ ( ) ofício
- ☐ ( ) via postal
- ☐ ( ) edital
- ☐ ( ) em cartório
- ☐ ( ) outros - \_\_\_\_\_

**ATOS ORDINATÓRIOS EM FACE DA PETIÇÃO INICIAL (ANEXO A)**

- 1. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer cópias da inicial em número suficiente para a citação dos réus.**
- 2. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, subscrever a petição inicial.**
- 3. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o preparo do processo.**
- 4. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar o instrumento de mandato conferido ao advogado.**
- 5. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar o valor da causa, nos termos do art. 292 do CPC.**

Campina Grande-PB, 7 de fevereiro de 2020.

**ANALINE BORGES CIRNE**  
Anal./Téc. Judiciário





**8ª Vara Cível de Campina Grande**

Nº do processo: 0802500-14.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

Intime-se a parte autora, por seu(a) advogado (a), para, em 5 (cinco) dias, apresentar o instrumento de mandato conferido ao advogado.

Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido

Campina Grande, em 7 de fevereiro de 2020.

De ordem, ANALINE BORGES CIRNE





**Estado da Paraíba - Poder Judiciário**

**Comarca de Campina Grande**

**Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível**

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,

Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

**Número do Processo: 0802500-14.2020.8.15.0001**

**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**

**AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO AUTORA**

Certifico e dou fé que o prazo da parte autora decorreu conforme o print abaixo:

**PATRICIO CANDIDO PEREIRA** Prazo: 5 dias

Campina Grande, 28 de fevereiro de 2020

**ANALINE BORGES CIRNE**

**Téc./Anal. Judiciário**



EXCELENTÍSSIMO(a) SR(a). DR(a). JUIZ(a) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB,

(URGENTE, URGENTÍSSIMA)

PROCESSO: 0802500-14.2020.8.15.0001

AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A

PEDRO SILVA DE MELO, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE  
COBRANÇA, processo número a epígrafe, através de seu advogado “in fine”  
assinado, vem perante Vossa Excelência, expondo e requerendo o que segue:

DOUTO JUIZ, em atendimento ao despacho exaurido do mandado publicado no ID nº  
28072764, REQUEREMOS a Vossa Excelência a juntada da procuração pública,  
onde é outorgado poderes a este causídico para fins de ingresso com a presente  
demanda.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento

Campina Grande/PB, 02 de março de 2020.

**PATRÍCIO CÂNDIDO PEREIRA**

- Advogado OAB/PB 13.863-B -





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## TABELIONATO 2º OFÍCIO DE NOTAS

Praça da Bandeira, 105 - Centro - Campina Grande - PB - CEP. 58.400-085 - Fone: (83) 3321-8899

### PROCURAÇÃO

Livro: 573

Folha(s): 134 à 134v

TRASLADO 1.º

**PROCURAÇÃO PÚBLICA bastante que faz: PEDRO SILVA DE MELO.**

SAIBAM todos quantos este público instrumento de procuração virem que aos 28 (Vinte e Oito) dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Campina Grande, Estado Paraíba, Praça da Bandeira, número 105, Bairro Centro, neste cartório, perante mim escrevente compareceu como **Outorgante: PEDRO SILVA DE MELO**, brasileiro, agricultor, solteiro, maior, nascido em 11/10/1990, portador do(a) RG - Cédula de Identidade de Registro Geral de número 3.728.814, Órgão Emissor SSDS/PB, e, do CPF/MF de número 113.576.974-57, filiação: João Ferreira de Melo e Severina Silva de Melo, residente e domiciliado na(o) Travessa Inácio Alves de Queiroz, número 121, Bairro Petrolândia, Lagoa Seca-PB, em trânsito por esta cidade, reconhecido como o próprio por mim escrevente pelos documentos que me foram apresentados em seus originais, e de cuja capacidade jurídica dou fé. Pelo outorgante me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante Procurador: Dr.º **PATRICIO CANDIDO PEREIRA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PB n.º 13.863-B, casado, portador do(a) RG - Cédula de Identidade de Registro Geral de número 1808701, Órgão Emissor SSP/PB, e, do CPF/MF de número 991.440.344-15, email: PATRICIOADV@HOTMAIL.COM, Fone: (83) 98700-8099 e (83) 99935-9957, com endereço profissional na Rua Santa Catarina, 833, Bairro Liberdade, nesta cidade de Campina Grande-PB; a quem confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad judicium", conforme art. 105 parte final do CPC, **PARA FINS DE PROPOR AÇÃO DE COBRANÇA PARA RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT.** Podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitações, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requerer seguro de vida, bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo acompanhar todo o processo até o final do julgamento, representando ainda o outorgante, para fins dos dispostos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo, finalmente praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. **Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos a base de 30% (trinta por cento), sobre o valor da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências, conforme aqui pactos através do presente instrumento.** OBS: Instrumento lavrado sob minuta. **O outorgante deixa sua impressão digital, por não ser alfabetizado,** acompanhado da Sr.ª **VERA LÚCIA DO NASCIMENTO SANTOS**, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG n.º 2.980.502-2.ª via SSDS/PB e do CPF n.º 052.198.634-60, residente na Travessa Inácio Alves de Queiroz, 121, Lagoa Seca-PB, que assina a rogo e como testemunha dele outorgante. Os dados do procurador e do objeto da presente foram fornecidos por declaração, ficando o outorgante responsável por sua veracidade, bem como por

Viviane Clevidia de Sousa Caitano  
Escrevente Autorizada

DOCUMENTO ORIGINAL  
DOCUMENTO ORIGINAL

DOCUMENTO ORIGINAL  
DOCUMENTO ORIGINAL

DOCUMENTO ORIGINAL  
DOCUMENTO ORIGINAL

DOCUMENTO ORIGINAL  
DOCUMENTO ORIGINAL

DOCUMENTO ORIGINAL  
DOCUMENTO ORIGINAL



qualquer incorreção. Eximindo esta Serventia de qualquer responsabilidade civil e criminal. E como assim o disse do que dou fé, lavrei este instrumento que, sendo-lhe lido em voz alta, outorga, aceita e assina. Eu, VIVIANE CLEVIDIA DE SOUSA CAITANO, Escrevente, subscrevo e assino em público e raso com sinal que uso. Em testemunho (\_\_\_\_\_) da verdade. As.: PEDRO SILVA DE MELO; VERA LUCIA DO NASCIMENTO SANTOS. Está conforme o original. Dou fé. Traslada hoje. Lavrada em 28 de Fevereiro de 2020, às fls. 134 a 134v. Emolumentos: R\$51,08; Taxa FARPEN: R\$5,56; Taxa FEPJ: R\$9,40; Taxa MP: R\$0,82; Taxa ISS: R\$2,55; Valor Total: R\$69,41, conforme Lei 10.169/2000 do Provimento 05/2006.Selo Digital: AJU75220-3ACQ - Consulte autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Campina Grande/PB, 28 de Fevereiro de 2020

Viviane Clevidia de Sousa Caitano  
Escrevente Autorizada

VIVIANE CLEVIDIA DE SOUSA CAITANO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE CAMPINA GRANDE  
JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL**

Processo nº 0802500-14.2020.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Analisando os autos, observa-se que a parte autora juntou no Id 28065659 resultado da consulta, que informa que o pedido de indenização do seguro DPVAT foi negado.

Em consulta ao sítio eletrônico da Seguradora Líder, conforme anexo, observa-se que a negativa ocorreu em virtude do não recebimento da documentação complementar solicitada.

Assim, **intime-se** o promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, justificando o interesse de agir da presente demanda, pois, *a priori*, não se vislumbra pretensão resistida da Seguradora demandada a justificar a intervenção do Poder Judiciário, visto que a negativa ocorreu por má instrução do requerimento administrativo.

Cumpra-se.

Campina Grande, data e assinatura digitais.

LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA  
Juíza de Direito





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190443237**

**Vítima: PEDRO SILVA DE MELO**

**Data do Acidente: 23/12/2017**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO**

**Senhor(a), PEDRO SILVA DE MELO**

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento e oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi cancelado.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado para apresentar os documentos já solicitados.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 00635/00636 - carta\_16 - INVALIDEZ



Carta nº 15419222







**8ª Vara Cível de Campina Grande**

Nº do processo: 0802500-14.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

Intime-se a parte promovente, por seu advogado, do despacho/decisão/ato ordinatório/sentença abaixo:

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Analisando os autos, observa-se que a parte autora juntou no Id 28065659 resultado da consulta, que informa que o pedido de indenização do seguro DPVAT foi negado.

Em consulta ao sítio eletrônico da Seguradora Líder, conforme anexo, observa-se que a negativa ocorreu em virtude do não recebimento da documentação complementar solicitada.



Assim, **intime-se** o promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, justificando o interesse de agir da presente demanda, pois, *a priori*, não se vislumbra pretensão resistida da Seguradora demandada a justificar a intervenção do Poder Judiciário, visto que a negativa ocorreu por má instrução do requerimento administrativo.

**Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido**

Campina Grande, em 13 de março de 2020.

De ordem, ANALINE BORGES CIRNE



em nexo - PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 8ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB,

PROCESSO: 0802500-14.2020.8.15.0001

AÇÃO DE COBRANÇA

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

PEDRO SILVA DE MELO, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, que move contra SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, em tramite perante este Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante, Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Douta Juíza, em atendimento ao despacho contido no Mandado inserido no ID nº 29088187, onde é determinado que o autor emende a inicial, justificando o interesse de agir da presente demanda, tendo em vista, que na mesma não se vislumbra a pretensão resistida, pois, que a negativa ocorreu pela má instrução do requerimento administrativo.

*Pois bem!!!*

Excelência, existe uma obrigatoriedade imposta pela Seguradora líder de só receber processos administrativos com toda documentação necessária, onde se estiver faltando, no caso de LAUDOS pela impossibilidade, o autor assina uma declaração padrão que eles fornecem.

Assim, toda vez que a seguradora líder fica requerendo tais documentos, tem o intuito único e exclusivo de procrastinar a lide.

E tem mais, mesmo enviando a documentação como requerida pela Líder, tais pedidos são negados da mesma forma, porque gerou uma suposta pendência, a qual não deveria existir, tendo em vista que o processo só é recepcionado com toda documentação exigida pela promovida.



Simple assim, os Correios só recebem a documentação completa, basta diligenciar, que será comprovada tal afirmação.


**Seguradora Líder • DPVAT**

**SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE REC**

**IDENTIFICAÇÃO**

**VÍTIMA** \_\_\_\_\_  
**DATA DO ACIDENTE** \_\_\_\_\_ **CPF DA VÍTIMA** \_\_\_\_\_  
**PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO** \_\_\_\_\_  
**QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR** ( ) VÍTIMA ( ) REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É \_\_\_\_\_  
**ENDEREÇO DO PORTADOR** \_\_\_\_\_  
**Nº** \_\_\_\_\_ **COMPLEMENTO** \_\_\_\_\_ **BAIRRO** \_\_\_\_\_  
**CIDADE** \_\_\_\_\_ **UF** \_\_\_\_\_ **CEP** \_\_\_\_\_  
**E-MAIL** \_\_\_\_\_ **TELEFONE (\_\_\_\_)** \_\_\_\_\_

**MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:**  
**DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE**  
( ) REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)  
( ) CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)  
( ) NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA  
( ) BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)  
( ) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

**PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE**  
**DATA** \_\_\_\_\_  
**IDENTIDADE** \_\_\_\_\_  
**ASSINATURA** \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS**  
**DATA** \_\_\_\_\_ **MATR. CORREIOS** \_\_\_\_\_  
**NOME** \_\_\_\_\_  
**ASSINATURA** \_\_\_\_\_

Mais, agravante é que quando as pessoas se dirigem aos Correios, pra suprirem tais exigências, deixam a documentação lá e não recebem comprovação de que atenderam pela segunda vez tal exigência.

Isso é público e notório.



Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190443237  
Vítima: PEDRO SILVA DE MELO  
Data do Acidente: 23/12/2017  
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PEDRO SILVA DE MELO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Documentação médico-hospitalar incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Vamos a análise do caso concreto, no que tange as pendências solicitadas pela seguradora líder/promovida.

Na sua carta, aduz que a **AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO CONCLUSIVA**, entretanto, não fala em que se dá tal inconclusividade. Para tanto, trata-se de um formulário em que o autor assina e anexa copia do cartão bancário.

Aduziu também, que o **PRONTUARIO MEDICO HOSPITALAR** está incompleto. Nesse caso, além do autor ter enviado impresso integralmente, também, foi entregue o CD fornecido pelo Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes.

Será Excelência, que não seria mais cômodo e mais rápido tal recebimento em tal via, qual o interesse do autor em procrastinar tal recebimento.

Diante disso, ressaltamos a Vossa Excelência, que a negativa não se deu por inépcia do autor. Se deu sim, por fatos alheios a sua vontade, que obstruem seu direito em receber o seguro DPVAT, indenização prevista em Lei e direito de todos aqueles que sofrem acidentes de trânsito, as quais devem ser pagas mediante simples provas do acidente.

O art. 5º da Lei n.º 6.194/74, prevê como necessário para o pagamento da indenização relativa ao seguro DPVAT, **"prova do acidente e do dano decorrente"**, independentemente da existência de culpa.



A redação do mencionado dispositivo não limita os meios de prova a serem utilizados para a demonstração da ocorrência do acidente, sendo dispensável a apresentação de boletim de ocorrência, desde que os demais elementos dos autos sejam suficientes para comprovar o acidente envolvendo veículo automotor de via terrestre e a morte ou a incapacidade dele decorrente.

Assim, têm se manifestado nossos Tribunais Pátrios:

Classe: APELAÇÃO  
Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível  
Relator: Desa. Maria das Graças Morais Guedes  
Origem: TJPB - Tribunal Pleno, Câmaras e Seções Especializadas  
Tipo do documento: Acórdão  
Data de juntada: 25/09/2018

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT C/C REPARAÇÃO DE DANOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DEVIDA COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESENÇA DA CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO. ANULAÇÃO DO DECISUM. RETORNO À ORIGEM PARA O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROVIMENTO. Nas ações do Seguro DPVAT não há de se falar em ausência de interesse processual quando o autor traz na inicial prova da lide administrativa.

“SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. RECURSO IMPROVIDO. VERIFICA-SE QUE A AUTORA PLEITEOU O PAGAMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA, TENDO SEU REQUERIMENTO CANCELADO. ASSIM, NÃO HÁ QUE SE FALAR DE AUSÊNCIA DESSE REQUERIMENTO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO, PRAZO DE TRÊS ANOS, POR INCIDÊNCIA DO ARTIGO 206, § 3º, IX, DO CÓDIGO CIVIL. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. O seguro DPVAT é de responsabilidade civil, aplicando-se o artigo 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil, diante da interpretação conferida à norma intertemporal prevista em seu artigo 2028. 2. No caso em exame, o termo inicial da contagem é a data em que o segurado teve conhecimento inequívoco da existência de incapacidade permanente. E a prova produzida permite reconhecer que o ajuizamento ocorreu em tempo oportuno, o que determina o acolhimento do inconformismo. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INÍCIO DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES QUE COINCIDE COM A DATA DO SINISTRO. RECURSO IMPROVIDO. Considerando que a obrigação da seguradora ao pagamento de indenização se tornou devida na data do sinistro, a correção monetária tem incidência a partir desse momento, de modo a assegurar efetivamente a reparação que se busca. Impossível se



considerar a data do ajuizamento da ação, porque acarretaria injusto perdimento à autora, que não teria assegurado o pagamento do exato valor. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PREVALECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SUCUMBENCIAL. RECURSO IMPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. O conjunto probatório permite alcançar plena convicção quanto à existência do acidente e dos danos dele decorrente. E uma vez condenada a ré ao cumprimento da obrigação, daí decorre necessariamente a sua responsabilidade pelas verbas sucumbenciais. Em razão do resultado, na forma do artigo 85, § 11, do CPC, eleva-se a verba honorária sucumbencial para 15% do valor da condenação.” (TJSP; APL 1005582-33.2015.8.26.0100; Ac. 10620984; São Paulo; Trigesima Primeira Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Antonio Rigolin; Julg. 25/07/2017; DJESP 02/08/2017; Pág. 2053) – (grifo nosso).

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - GRAU DE INVALIDEZ - LAUDO PERICIAL- CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários nº. 839.314 e 824.704, entendeu que nas ações de cobrança do seguro DPVAT, para que exista pretensão resistida e necessidade de intervenção jurisdicional é imprescindível o prévio requerimento administrativo, todavia, **é dispensável o esgotamento das vias administrativas.** É devida a indenização do seguro DPVAT após comprovação do grau de invalidez do segurado. A correção monetária da indenização sobre a invalidez permanente deve incidir desde a data do sinistro até o efetivo pagamento. (TJ-MG - AC: 10000190323592001 MG, Relator: Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 11/06/0019, Data de Publicação: 14/06/2019)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. SEGURO DPVAT. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. RECURSO ADESIVO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. Trata-se, como visto no sumário relatório, de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada parcialmente procedente na origem. A ausência de envio de solicitação extrajudicial não justifica a extinção da demanda, haja vista a desnecessidade do esgotamento da via administrativa, de acordo com a exegese do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Ademais, **o requerimento administrativo encaminhado à seguradora ré é considerado válido para comprovar a pretensão resistida no âmbito administrativo.** A verba honorária deve ser fixada levando em conta os pressupostos elencados no artigo 85, § 2º do CPC/15, ou seja, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa. Manutenção do quantum fixado a título de honorários advocatícios, pois atingido os pressupostos básicos referidos alhures. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70079777371, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Julgado em 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70079777371 RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Data de Julgamento:





13/12/2018, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/12/2018)

Segundo o entendimento fixado pelo egrégio STF, por meio de julgamento de repercussão geral, para o ajuizamento de ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT é necessário a comprovação de prévio pedido administrativo, não sendo necessário, entretanto, o esgotamento dessa via. Confira-se a ementa do referido julgado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG. 1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. 2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. (...) (STF, RE 839.314, Rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 10/10/2014, publicado em 16/10/2014) (grifamos)

**- DO PEDIDO:**

FACE O EXPOSTO, requeremos a Vossa Excelência o prosseguimento do feito, com a determinação de perícia médica no autor, tendo em vista que o requerimento administrativo está comprovado, onde o cancelamento se deu por parte da Seguradora líder.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, 15 de abril de 2020.

**Patrício Cândido Pereira**  
Advogado OAB/PB nº 13.863-B





Seguradora Líder • DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS

ID

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA \_\_\_\_\_  
DATA DO ACIDENTE \_\_\_\_\_ CPF DA VÍTIMA \_\_\_\_\_  
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO \_\_\_\_\_  
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ( ) VÍTIMA ( ) REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO DO PORTADOR \_\_\_\_\_  
Nº \_\_\_\_\_ COMPLEMENTO \_\_\_\_\_ BAIRRO \_\_\_\_\_  
CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
E-MAIL \_\_\_\_\_ TELEFONE ( ) \_\_\_\_\_

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ( ) REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ( ) CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ( ) NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
- ( ) BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ( ) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- ( ) CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

ANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS. PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- ( ) REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ( ) CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
- ( ) NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ( ) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- ( ) CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS. PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
- MORTE = R\$ 13.500,00
  - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
  - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.
- O PRAZO PARA O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA NA SEGURADORA LÍDER DPVAT
  - COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
  - PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSO [WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR](http://WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR) OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA \_\_\_\_\_  
IDENTIDADE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA \_\_\_\_\_ MATR. CORREIOS \_\_\_\_\_  
NOME \_\_\_\_\_  
ASSINATURA \_\_\_\_\_





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190443237

Vítima: PEDRO SILVA DE MELO

Data do Acidente: 23/12/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PEDRO SILVA DE MELO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Documentação médico-hospitalar incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00285/00296 - carta\_03 - INVALIDEZ

00060148



Carta nº 14638701





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE CAMPINA GRANDE  
JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL**

Processo nº 0802500-14.2020.8.15.0001

**SENTENÇA**

**COBRANÇA DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COM INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA. EQUIPARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.**

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por **PEDRO SILVA DE MELO** em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, ambos qualificados, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos delineados na inicial.

Consta dos autos informação de que o promovente pleiteou administrativamente o seguro DPVAT, contudo, de acordo com o endereço eletrônico da Seguradora demandada, o sinistro 3190443237 encontra-se negado, em razão do não recebimento da documentação complementar solicitada, necessária à análise do pedido de seguro DPVAT, conforme consulta acostada no Id 28839070.

Intimado para, emendando a inicial, justificar o interesse de agir da presente demanda, já que não ocorreu a negativa do mérito do pedido administrativo pela Seguradora promovida, o autor afirmou que apresentou toda a documentação necessária, não restando outro meio a não ser o judicial para o recebimento da indenização que entende devida.

Com efeito, o que tenho visto, frequentemente, são requerimentos administrativos premeditadamente mal instruídos com o simples propósito de forçar o cancelamento ou a negativa dos pedidos e para que sirvam tão somente para ultrapassar a regra da necessidade do prévio requerimento administrativo e legitimar o pleito judicial.

Registre-se que *não estou afirmando ser a hipótese dos autos*, mas que o presente caso se



enquadra na condição de requerimento administrativo mal instruído não resta dúvida.

O seguro DPVAT não indeniza a simples lesão/fratura, mas a sequela que ficar em decorrência dela. Pela documentação apresentada pelo autor, não se tem informação de sequela, mas apenas de fratura. Uma fratura, se adequadamente tratada, não necessariamente deixa sequela.

Contudo, embora pudesse ser sanada a ausência da indicação de invalidez permanente, fato é que o requerimento administrativo prévio mal instruído equivale a sua inexistência.

Com efeito, tenho que inexistente pretensão resistida a justificar a intervenção do Judiciário. Não há nem mesmo indício de ameaça a direito.

Neste ponto, considerando que o interesse de agir se constitui em uma das condições da ação, falta, à presente causa, um de seus *pilares de sustentação*, de molde a ensejar a extinção do feito.

Ante o exposto, **INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do art. 330, III, do CPC/2015, por ausência de interesse processual, já que inexistente qualquer indício que informe a necessidade do uso da ação judicial para resolução da questão trazida ao conhecimento do Judiciário.

**Condeno** o(a) promovente ao pagamento das custas processuais. Entretanto, a cobrança dessas obrigações fica, contudo, nos termos do art. 98 da Lei Processual Civil de 2015, suspensa, até prova da aquisição de condições pela parte demandante, dada a gratuidade judiciária concedida neste ato.

Publicação e registro eletrônicos.

**Intime-se.**

Por fim, atente-se a Escrivania para que, não interposta a apelação, **intime-se** a parte promovida do trânsito em julgado da sentença, conforme o art. 331, § 3º, do CPC/2015.

Após, **arquivem-se** os presentes autos, observando as cautelas de estilo.

Cumpra-se.

Campina Grande/PB, data e assinatura digitais.

LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA

Juíza de Direito





**8ª Vara Cível de Campina Grande**

Nº do processo: 0802500-14.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

Intime-se a parte promovente, por seu advogado, do despacho/decisão/ato ordinatório/sentença abaixo:

**SENTENÇA**

**COBRANÇA DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COM INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA. EQUIPARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.**

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por **PEDRO SILVA DE MELO** em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, ambos qualificados, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos delineados na inicial.

Consta dos autos informação de que o promovente pleiteou administrativamente o seguro DPVAT, contudo, de acordo com o endereço eletrônico da Seguradora demandada, o sinistro 3190443237 encontra-se negado, em razão do não recebimento da documentação complementar solicitada, necessária à análise do pedido de seguro DPVAT, conforme consulta acostada no Id 28839070.

Intimado para, emendando a inicial, justificar o interesse de agir da presente demanda, já que não ocorreu a negativa do mérito do pedido administrativo pela Seguradora promovida, o autor



afirmou que apresentou toda a documentação necessária, não restando outro meio a não ser o judicial para o recebimento da indenização que entende devida.

Com efeito, o que tenho visto, frequentemente, são requerimentos administrativos premeditadamente mal instruídos com o simples propósito de forçar o cancelamento ou a negativa dos pedidos e para que sirvam tão somente para ultrapassar a regra da necessidade do prévio requerimento administrativo e legitimar o pleito judicial.

Registre-se que *não estou afirmando ser a hipótese dos autos*, mas que o presente caso se enquadra na condição de requerimento administrativo mal instruído não resta dúvida.

O seguro DPVAT não indeniza a simples lesão/fratura, mas a sequela que ficar em decorrência dela. Pela documentação apresentada pelo autor, não se tem informação de sequela, mas apenas de fratura. Uma fratura, se adequadamente tratada, não necessariamente deixa sequela.

Contudo, embora pudesse ser sanada a ausência da indicação de invalidez permanente, fato é que o requerimento administrativo prévio mal instruído equivale a sua inexistência.

Com efeito, tenho que inexistente pretensão resistida a justificar a intervenção do Judiciário. Não há nem mesmo indício de ameaça a direito.

Neste ponto, considerando que o interesse de agir se constitui em uma das condições da ação, falta, à presente causa, um de seus *pilares de sustentação*, de molde a ensejar a extinção do feito.

Ante o exposto, **INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do art. 330, III, do CPC/2015, por ausência de interesse processual, já que inexistente qualquer indício que informe a necessidade do uso da ação judicial para resolução da questão trazida ao conhecimento do Judiciário.

**Condeno** o(a) promovente ao pagamento das custas processuais. Entretanto, a cobrança dessas obrigações fica, contudo, nos termos do art. 98 da Lei Processual Civil de 2015, suspensa, até prova da aquisição de condições pela parte demandante, dada a gratuidade judiciária concedida neste ato.

Publicação e registro eletrônicos.

**Intime-se.**

Por fim, atente-se a Escrivania para que, não interposta a apelação, **intime-se** a parte promovida do trânsito em julgado da sentença, conforme o art. 331, § 3º, do CPC/2015.

Após, **arquivem-se** os presentes autos, observando as cautelas de estilo.

**Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido**



Campina Grande, em 17 de abril de 2020.

De ordem, ANALINE BORGES CIRNE





EM ANEXO - PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB,

PROCESSO: 0802500-14.2020.8.15.0001

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

RECORRENTE: PEDRO SILVA DE MELO

RECORRIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

PEDRO SILVA DE MELO, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, que move contra SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, em tramite perante este Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante, Vossa Excelência, inconformado em parte com a r. Sentença prolatada no ID Nº 29934461, com fulcro nos art. 1015 e ss do Novo Código de Processo Civil, vem interpor

**RECURSO DE APELAÇÃO**  
**(Requerimento administrativo de DPVAT negado)**

requerendo se digne Vossa Excelência, determinar o regular processamento das razões em anexo, e recebendo-o em ambos os efeitos, remetendo os autos a Instancia Superior, obedecidas às formalidades legais.

Deixa de anexar ao presente o preparo, visto que, a Recorrente, pleiteou os benepícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, tendo sido deferida.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, 20 de maio de 2020.

**Patrício Cândido Pereira**  
**OAB/PB 13.863-B**

1



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DE UMA DAS  
EGRÉGIAS CÂMARAS CÍVEIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA  
PARAIBA,

PROCESSO: **0802500-14.2020.8.15.0001**

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

RECORRENTE: **PEDRO SILVA DE MELO**

RECORRIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

VARA DE ORIGEM: 8ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE/PB

## **RAZÕES DO RECURSO APELATÓRIO:**

COLEND A CÂMARA CÍVEL,  
MM. JULGADORES,  
ÍNCLITO RELATOR(A).

**PEDRO SILVA DE MELO**, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, apresentar suas **RAZÕES DO RECURSO APELATÓRIO**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

### **DA MODIFICAÇÃO DA REFERIDA SENTENÇA:**

*“Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 330, III, do CPC/2015, por ausência de interesse processual, já que inexistente qualquer indício que informe a necessidade do uso da ação judicial para resolução da questão trazida ao conhecimento do Judiciário.*

*Condeno o(a) promovente ao pagamento das custas processuais. Entretanto, a cobrança dessas obrigações fica, contudo, nos termos do art. 98 da Lei Processual Civil de 2015, suspensa, até prova da aquisição de condições pela parte demandante, dada a gratuidade judiciária concedida neste ato.*

*Publicação e registro eletrônicos.*

*Intime-se.” – GRIFAMOS*



O Apelante ajuizou a presente demanda, AÇÃO DE COBRANÇA, pleiteando junto ao Poder Judiciário a indenização do seguro obrigatório DPVAT decorrente de acidente de trânsito por INVALIDEZ.

Nisto, Nobres Desembargadores, a petição inicial foi devidamente instruída com os documentos necessários para concessão da indenização do seguro obrigatório DPVAT como: Boletim de Ocorrência Policial, Declaração do SAMU, Prontuário médico do HETDLGF e outros documentos, bem como, A JUNTADA DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO negado.

Em que pese o profundo entendimento jurídico do Douto Magistrado “a quo”, entende o recorrente, que a r. sentença no ID N° 29934461, não se encontra em conformidade com a norma legal, visto que, na sentença guerreada, existe comprovante de requerimento administrativo negado, através do sinistro n° 3190443237, procedimento realizado antes da propositura da ação, bem como, atendidos todos requisitos obrigatórios para requerimento do mesmo.

**SINISTRO 3190443237 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA PEDRO SILVA DE MELO  
COBERTURA Invalidez  
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO  
CORREIOS  
BENEFICIÁRIO PEDRO SILVA DE MELO  
CPF/CNPJ: 11357697457

Posição em 05-02-2020 10:13:59

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado

Doutos Julgadores, o recorrente requereu administrativamente junto a Seguradora Lider, onde em nenhum momento foi inerte, cumpriu com a juntada de toda documentação necessária ao deslinde da mesma.

Assim, NÃO HÁ DO QUE SE FALAR EM INSTRUÇÃO DEFICIENTE – INEXISTENCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA.

O MM. JUIZ “a quo”, na sua sentença aduz que o recorrente não atende os requisitos a propositura da demanda, por isto, julgou sem mérito, afirmando que não apontou quais documentações foram inconclusivas, com base no art. 330, III, do CPC.

*Pasmem!!!*

Merece reforma total a sentença proferida pelo MM. Juiz de Primeiro Grau, tendo em vista ter contrariado frontalmente os princípios constitucionais




**DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA E DA INAFSTABILIDADE DA JURISDIÇÃO ESTABELECIDOS no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal.**

Na petição de emenda juntada no ID nº 29576831, trouxemos todas as explicações necessárias ao desenvolvimento da lide.

Excelências, existe uma obrigatoriedade imposta pela Seguradora líder de só receber processos administrativos com toda documentação necessária, onde se estiver faltando, no caso de LAUDOS pela impossibilidade, o requerente assina uma declaração padrão que eles fornecem.

Assim, toda vez que a seguradora líder fica requerendo tais documentos, tem o intuito único e exclusivo de procrastinar a lide. E tem mais, mesmo enviando a documentação como requerida pela Líder, tais pedidos são negados da mesma forma, porque gerou uma suposta pendência, a qual não deveria existir, tendo em vista que o processo só é recepcionado com toda documentação exigida pela promovida.

Simple assim, os Correios só recebem a documentação completa, basta diligenciar, que será comprovada tal afirmação.

 **Seguradora Líder • DPVAT** **SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE REC**

**IDENTIFICAÇÃO**

**VÍTIMA** \_\_\_\_\_

**DATA DO ACIDENTE** \_\_\_\_\_ **CPF DA VÍTIMA** \_\_\_\_\_

**PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO**

**QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR** ( ) VÍTIMA ( ) REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO DO PORTADOR** \_\_\_\_\_

**Nº** \_\_\_\_\_ **COMPLEMENTO** \_\_\_\_\_ **BAIRRO** \_\_\_\_\_

**CIDADE** \_\_\_\_\_ **UF** \_\_\_\_\_ **CEP** \_\_\_\_\_

**E-MAIL** \_\_\_\_\_ **TELEFONE (\_\_\_\_)** \_\_\_\_\_

**MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:**

**DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE**

- ( ) REGISTRO DE Ocorrência expedido pela autoridade policial (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ( ) CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ( ) NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
- ( ) BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ( ) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO



<b>PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE</b> DATA _____ IDENTIDADE _____ ASSINATURA _____	<b>RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS</b> DATA _____ MATR. CORREIOS _____ NOME _____ ASSINATURA _____
--	---

O mais agravante, Excelências, é que quando as pessoas se dirigem aos Correios, pra suprirem tais exigências, deixam a documentação lá e não recebem comprovação de que atenderam pela segunda vez tal exigência.

Isso é público e notório.

Vamos a análise do caso concreto, no que tange as pendências solicitadas pela seguradora líder/promovida.

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190443237  
 Vítima: PEDRO SILVA DE MELO  
 Data do Acidente: 23/12/2017  
 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PEDRO SILVA DE MELO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Documentação médico-hospitalar incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Na carta da seguradora, aduz que a **AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO CONCLUSIVA**, entretanto, não fala em que se dá tal inconclusividade, apenas aduz que não deve conter rasuras. Para tanto, trata-se de um formulário em que o autor apenas assina e anexa copia do cartão bancário.

Aduziu também, que o **PRONTUARIO MEDICO HOSPITALAR** está incompleto. Nesse caso, além do apelante ter enviado impresso integralmente, também, foi entregue o CD fornecido pelo Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes.



Será Excelência, que não seria mais cômodo e mais rápido tal recebimento em tal via, qual o interesse do apelante em procrastinar tal recebimento.

Diante disso, ressaltamos a Vossas Excelências, que a negativa não se deu por inépcia do apelante. Se deu sim, por fatos alheios a sua vontade, que obstruem seu direito em receber o seguro DPVAT, indenização prevista em Lei e direito de todos aqueles que sofrem acidentes de trânsito, as quais devem ser pagas mediante simples provas do acidente.

Observa-se, Preclaros Desembargadores, que A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, responsável pelo pagamento das indenizações, emerge no mercado como se fosse suprema, obedecendo apenas as normas do CNSP e SUSEP, as quais utilizam-se de parâmetros absolutamente nefastos, onde se faz necessário a interferência do Poder Judiciário, para fazer valer a Lei.

#### -DA DETERMINAÇÃO LEGAL – LEI 6.194/74:

O art. 5º da Lei n.º 6.194/74, prevê como necessário para o pagamento da indenização relativa ao seguro DPVAT, *in verbis*:

*"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente", independentemente da existência de culpa.*

A redação do mencionado dispositivo não limita os meios de prova a serem utilizados para a demonstração da ocorrência do acidente, sendo dispensável a apresentação de boletim de ocorrência, desde que os demais elementos dos autos sejam suficientes para comprovar o acidente envolvendo veículo automotor de via terrestre e a morte ou a incapacidade dele decorrente.

Nessa esteira, tal *decisium* se encontra em desconformidade o que trata a Lei 6.194/7, merecendo desde já ser reformada e que seja os autos devolvidos, para sua tramitação processual, com determinação de perícia medica no recorrente.

Ademais, o apelante tentou na via administrativa receber o seguro a qual faz *jus*, porém não obteve êxito por exigências de documentos que não são exigíveis na legislação regulamentar do DPVAT.



Destarte, tal exigência, viola o princípio constitucional do acesso à Justiça, inserto no inciso XXXV do art. 5º da Constituição da República, segundo o qual *a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.*

Dessa forma tal requerimento administrativo foi realizado, com a negativa que não haveria pagamento do seguro devido a documentação exigida, que conforme explicitado foi apresentada pelo apelante.

O conjunto probatório carreado aos autos demonstra claramente que: a) o autor sofreu o acidente, b) que o autor possui danos físicos decorrentes deste. Tais documentos mostram-se plenamente suficientes, aliados ainda à perícia médica - requerida pelo apelante e que certamente será determinada por Vossas Excelências - para demonstrar o lícito direito pleiteado nestes autos.

Diante do exposto, pugna-se pela reforma da r. Decisão, requerendo o julgamento do mérito da presente ação, bem como sejam julgados procedentes os pedidos da inicial, determinando-se a realização de perícia médica designando um médico ortopedista que apure o grau de invalidez acometido pelo apelante, para assim condenar-se a apelada nos exatos termos da lei.

#### **-DA JURISPRUDENCIA:**

A respeito do prévio requerimento administrativo, o Supremo Tribunal Federal assim se manifestou: *“Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao poder judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.”* (STF Re: 839.353 MA, relator: Min. Luiz Fux, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (grifo nosso)

Como visto, embora o STF tenha firmado tese acerca da necessidade de requerimento administrativo prévio, deixou claro que tal requisito não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas.





Segundo o entendimento fixado pelo egrégio STF, por meio de julgamento de repercussão geral, para o ajuizamento de ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT é necessário a comprovação de prévio pedido administrativo, não sendo necessário, entretanto, o esgotamento dessa via. Confira-se a ementa do referido julgado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG. 1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. 2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. (...) (STF, RE 839.314, Rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 10/10/2014, publicado em 16/10/2014) (grifamos)

Assim, têm se manifestado nossos Tribunais Pátrios:

Classe: APELAÇÃO  
Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível  
Relator: Des. Maria das Graças Moraes Guedes  
Origem: TJPB - Tribunal Pleno, Câmaras e Seções Especializadas  
Tipo do documento: Acórdão  
Data de juntada: 25/09/2018

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT C/C REPARAÇÃO DE DANOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DEVIDA COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESENÇA DA CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO. ANULAÇÃO DO DECISUM. RETORNO À ORIGEM PARA O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROVIMENTO. Nas ações do Seguro DPVAT não há de se falar em ausência de interesse processual quando o autor traz na inicial prova da lide administrativa.

“SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. RECURSO IMPROVIDO. VERIFICA-SE QUE A AUTORA PLEITEOU O PAGAMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA, TENDO SEU REQUERIMENTO CANCELADO. ASSIM, NÃO HÁ QUE SE FALAR DE AUSÊNCIA DESSE REQUERIMENTO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO, PRAZO DE TRÊS ANOS, POR INCIDÊNCIA DO ARTIGO 206, § 3º, IX, DO CÓDIGO CIVIL. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. O seguro DPVAT é de responsabilidade civil, aplicando-se o artigo 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil, diante da interpretação conferida à norma intertemporal prevista em seu artigo 2028. 2. No caso em exame, o termo inicial da contagem é a data em que o segurado teve conhecimento inequívoco da existência de incapacidade



permanente. E a prova produzida permite reconhecer que o ajuizamento ocorreu em tempo oportuno, o que determina o acolhimento do inconformismo. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INÍCIO DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES QUE COINCIDE COM A DATA DO SINISTRO. RECURSO IMPROVIDO. Considerando que a obrigação da seguradora ao pagamento de indenização se tornou devida na data do sinistro, a correção monetária tem incidência a partir desse momento, de modo a assegurar efetivamente a reparação que se busca. Impossível se considerar a data do ajuizamento da ação, porque acarretaria injusto perdimento à autora, que não teria assegurado o pagamento do exato valor. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PREVALECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SUCUMBENCIAL. RECURSO IMPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. O conjunto probatório permite alcançar plena convicção quanto à existência do acidente e dos danos dele decorrente. E uma vez condenada a ré ao cumprimento da obrigação, daí decorre necessariamente a sua responsabilidade pelas verbas sucumbenciais. Em razão do resultado, na forma do artigo 85, § 11, do CPC, eleva-se a verba honorária sucumbencial para 15% do valor da condenação.” (TJSP; APL 1005582-33.2015.8.26.0100; Ac. 10620984; São Paulo; Trigesima Primeira Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Antonio Rigolin; Julg. 25/07/2017; DJESP 02/08/2017; Pág. 2053) – (grifo nosso).

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - GRAU DE INVALIDEZ - LAUDO PERICIAL- CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários nº. 839.314 e 824.704, entendeu que nas ações de cobrança do seguro DPVAT, para que exista pretensão resistida e necessidade de intervenção jurisdicional é imprescindível o prévio requerimento administrativo, todavia, **é dispensável o esgotamento das vias administrativas.** É devida a indenização do seguro DPVAT após comprovação do grau de invalidez do segurado. A correção monetária da indenização sobre a invalidez permanente deve incidir desde a data do sinistro até o efetivo pagamento. (TJ-MG - AC: 10000190323592001 MG, Relator: Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 11/06/0019, Data de Publicação: 14/06/2019)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. SEGURO DPVAT. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. RECURSO ADESIVO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. Trata-se, como visto no sumário relatório, de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada parcialmente procedente na origem. A ausência de envio de solicitação extrajudicial não justifica a extinção da demanda, haja vista a desnecessidade do esgotamento da via administrativa, de acordo com a exegese do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Ademais, **o requerimento administrativo encaminhado à seguradora ré é considerado válido para comprovar a pretensão resistida no âmbito administrativo.** A verba honorária deve ser fixada levando em conta os pressupostos elencados no artigo 85, § 2º do CPC/15, ou seja, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa. Manutenção do quantum fixado a título de honorários advocatícios, pois atingido os pressupostos básicos referidos alhures. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70079777371, Sexta Câmara Cível, Tribunal



de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70079777371 RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 13/12/2018, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/12/2018)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, HAJA VISTA A AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DOS AUTORES. AUSÊNCIA DE PROVOCAÇÃO DA SEGURADORA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. JUNTADA DE CORRESPONDÊNCIA ENVIADA PELA SEGURADORA, EXIGINDO A COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. PRETENSÃO RESISTIDA. CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 10ª C. Cível - 0014092-32.2018.8.16.0001 - Curitiba - Rel.: Juíza Elizabeth de Fátima Nogueira - J. 04.07.2019)

### **-DO REQUERIMENTO:**

Sendo incontestado o direito do RECORRENTE e tendo sido contrariada a Lei federal nº 6.194/74, em comento, este REQUER:

a) diante do fato da petição inicial encontrar-se apta à propositura da ação, requeremos o provimento do presente Recurso Apelar anulando a sentença hostilizada, PUGNANDO PELA REMESSA DOS AUTOS PARA O PRIMEIRO GRAU, PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO, COM A CITAÇÃO DA RECORRIDA, E EM SEGUIDA, DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE PERICIA MEDICA, PARA FINS DE AVERIGUAÇÃO DA INVALIDEZ DO RECORRENTE;

b) que seja o RECORRIDO, condenado ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados por esta Câmara;

c) reitera, na íntegra, os termos do pedido de isenção de custas judiciais, já deferido pelo juízo de primeiro grau, nos termos da Lei nº 1.060/50, pois continua o(a) RECORRENTE não podendo arcar com tais custas sem prejuízo do próprio sustento e da família.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, 19 de maio de 2020.

**Patrício Cândido Pereira**  
OAB/PB 13.863-B





**Estado da Paraíba - Poder Judiciário**  
**Comarca de Campina Grande**  
**Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível**  
**Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,**  
**Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050**

**Número do Processo: 0802500-14.2020.8.15.0001**

**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Assunto: [Acidente de Trânsito]**

**AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Certidão de Ato Ordinatório**

**ATO ORDINATÓRIO nº 4, do Anexo abaixo, praticado nos termos da Portaria 01/2017 da 8ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, da M.M. Juíza Dra. Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga, por:**

**(x) mandado via sistema**

- ☐ mandado via Oficial de Justiça
- ☐ precatória
- ☐ ofício
- ☐ via postal
- ☐ edital
- ☐ em cartório
- ☐ outros - \_\_\_\_\_

**ANEXO – ATOS ORDINATÓRIOS**

- 1. Cumprir, de imediato e com prioridade, independentemente de despacho, as cartas precatórias aportadas neste Juízo, inclusive designar audiência de acordo com a pauta, devendo solicitar documentação faltante ou oficiar ao recolhimento das diligências necessárias, se for o caso.**
- 2. Ao verificar existência de recurso de apelação, intimar a parte contrária para contrarrazões/recurso adesivo no prazo de 15 (quinze) dias.**
- 3. Remeter ao TJPB, com ou sem a apresentação de contrarrazões, processos com apelações.**
- 4. Em caso de improcedência liminar ou indeferimento da inicial, havendo a interposição de recurso apelatório, proceder à citação da parte demandada para responder o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 332, § 4º, do CPC.**
- 5. Ao verificar a oposição de embargos de declaração, com ou sem efeitos infringentes, certificar a tempestividade, fazendo conclusão na hipótese de intempestividade, ou intimando a parte contrária para contrarrazões.**
- 6. Transitada em julgado a sentença que julgou improcedente liminarmente ou indeferiu a petição inicial, intimar o réu nos termos do art. 241 e 332, § 2º do CPC.**
- 7. Desentranhar e devolver ao Oficial de Justiça mandado cumprido de forma incompleta e/ou faltando qualquer documento que deva acompanhá-lo, para complementação da diligência. No caso do PJE, expedir novo mandado destinado ao Oficial de Justiça que cumpriu parcialmente a diligência.**
- 8. Em caso de desistência, com contestação nos autos, intimar a parte contrária acerca do pedido declinatório no prazo de cinco dias.**
- 9. Intimar o credor para indicar bens penhoráveis do devedor em vinte dias, após o Oficial de Justiça certificar**



que não encontrou bens passíveis de penhora pertencentes ao executado.

10. Fazer retornar ao arquivo processo desarquivado a pedido da parte, quando essa não requerer o que entender de direito em 15 (quinze) dias.

Campina Grande-PB, 18 de junho de 2020

ANALINE BORGES CIRNE

Anal./Téc. Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba  
8º Vara Cível  
Comarca de Campina Grande

Processo nº 0802500-14.2020.8.15.0001

**DESTINATÁRIO(A):** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Edifício Citibank\_\*\*, 100, 26 ANDAR - RUA DA ASSEMBLEIA, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

**REMETENTE:**

UNIDADE JUDICIÁRIA: 8.ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE - FÓRUM AFFONSO CAMPOS

RUA: VICE-PREFEITO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUSA, S/N  
BAIRRO: ESTAÇÃO VELHA

CIDADE: CAMPINA GRANDE-PB  
CEP: 58.410-050

Nº do processo: 0802500-14.2020.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CARTA DE CITAÇÃO**

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, CITO **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (Edifício Citibank\_\*\*, 100, 26 ANDAR - RUA DA ASSEMBLEIA, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904)** para contrarrazoar o recurso de apelação interposto pela parte autora no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 332, § 4º, do CPC.



Campina Grande-PB, 18 de junho de 2020

De ordem,

**ANALINE BORGES CIRNE**

Téc./Anal. Judiciário

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ, A SENTENÇA, A APELAÇÃO E DEMAIS DOCUMENTOS ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:**

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	2002070933596210000002707
ação de DPVAT- invalidez - Pedro da Silva de Melo	Outros Documentos	2002070933597330000002707
comprovante de negativa administrativamente junto a lider	Documento de Comprovação	2002070933599950000002707
documentos pessoais e comprovante de residencia em nome da mae	Documento de Identificação	2002070934001220000002707
boletim policial	Documento de Comprovação	2002070934002520000002707
declaração do SAMU	Documento Termo de Fiança	2002070934004250000002707
prontuario medico - HETDLGF (1)	Documento de Comprovação	2002070934008490000002707
prontuario medico - HETDLGF (2)	Documento de Comprovação	2002070934010420000002707
Guia de custas previas	Documento de Comprovação	2002070934012320000002707
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	2002071045170630000002707
Mandado	Mandado	2002071045599900000002707
Certidão de Decurso de prazo autora	Certidão de Decurso de prazo	2002280812187560000002758
juntada de procuração	Petição	2003020909185190000002762
procuração publica	Procuração	2003020909187050000002762
Despacho	Despacho	2003090840236750000002779
Consulta - DPVAT - 0802500-14.2020	Documento de Comprovação	2003090840238270000002779
Mandado	Mandado	2003131220535070000002802
Petição	Petição	2004150933327750000002872
petição - justificativa de negativa administrativa por não recebimento de documentação complementar	Documento de Comprovação	2004150933330060000002872
documentos comprobatórios	Documento de Comprovação	2004150933331850000002872
Sentença	Sentença	2004170823447930000002878
Mandado	Mandado	2004171104105160000002880
Apelação	Apelação	2005200924003660000002957
Apelação - carencia de ação - falta de interesse de agir - suposto pedido administrativo deficiente	Apelação	2005200924005690000002957
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	2005201253306730000002958



Assinado eletronicamente por: ANALINE BORGES CIRNE - 18/06/2020 14:05:15

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061814051539100000030372689>

Número do documento: 20061814051539100000030372689

Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	2006181404201710000003037
-----------------	-----------------	---------------------------

